

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL ATRAVÉS DO TURISMO: INTERAÇÕES ENTRE ATORES LOCAIS

EDUARDO J. DA COSTA MIELKE¹

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA²

RESUMO

O artigo procura examinar os processos de desenvolvimento econômico local tendo o cooperativismo como uma forma de arranjo produtivo inserido no contexto da economia social. O trabalho está estruturado em uma breve discussão das teorias desenvolvimentistas estabelecendo uma íntima relação com o desenvolvimento do turismo e suas características. Por fim, sustenta a importância do cooperativismo como um mecanismo capaz de fomentar uma relação de intercâmbio, de troca de experiências e de inovações que estabelece vínculos mais maduros e sólidos entre os filiados, tornando-se uma alternativa fundamental de organização social e econômica no plano local.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento econômico; economia social; Cluster; Arranjos produtivos. Cooperativismo.

1. DESENVOLVIMENTO E TURISMO RURAL

O turismo surgiu no seio das sociedades urbano-industriais, instituído com a finalidade de repor as energias física e mental da força de trabalho. A invenção do turismo, para Almeida (2003:23), “*se deu com a emergência de uma nova sociedade resultante simultaneamente do Iluminismo e da Revolução Industrial*”.

A partir da segunda metade do século XX, os grandes progressos nos campos da ciência, da técnica e da informação fomentaram uma nova regulamentação no sistema de acumulação capitalista. O antigo regime sofreu uma reestruturação, que imprimiu uma nova racionalidade no processo produtivo, passando de um sistema rígido de produção em massa (fordismo), para um sistema flexível, onde a produção é fluida e direcionada a atender nichos específicos do mercado (Harvey 1996).

Isso, de acordo com Rodrigues, “*modificou substancialmente os aspectos espaciais-temporais ligados à produção, circulação, distribuição e consumo de bens materiais e imateriais*” (2000: 87). Acrescente-se a esses eventos uma alteração na estrutura etária e

¹ Doutorando na Universidade de Málaga e professor do Curso de Turismo do UnicenP (Centro Universitário Positivo).

² Doutor em Ciência Política (USP) e professor do Curso de Turismo do UnicenP (Centro Universitário Positivo).

sócio-profissional da população, aumentando sensivelmente a expectativa de vida, o que a leva a estar mais apta e ativa para o trabalho e para o lazer.

Wahab (1988) coloca que *“o turismo é uma atividade humana intencional, que serve com meio de comunicação e com elo de integração entre povos, tanto de um mesmo país, como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para uma região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser variados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade”*.

Figuerola (1990) assinala a definição de Hunziker & Krapf (1942), como sendo *“um conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento de pessoas fora de seu lugar habitual de residência, tanto que estes deslocamentos e permanência não sejam motivados por uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária”*.

O Turismo como setor da economia se desenvolve em um espaço geográfico. É onde ocorre uma organização da sociedade que ali habita e aproveita seus recursos, sejam eles naturais e/ou culturais, bem como as facilidades presentes para prestar um serviço aos cidadãos que se deslocam de sua origem para desfrutar de algum tipo de ação que esteja relacionada com lazer, trabalho ou uma combinação de ambos.

Neste âmbito Lopes (2002), citado por Silva (2004), chama a atenção para a importância que ele atribui às economias de tempo e de transporte para uma clara definição da organização espacial da sociedade. O mesmo autor em sua tese de doutorado faz uma resenha interessante sobre as formas em que a teoria econômica aborda a relação do espaço econômico e geográfico, citando alguns fundamentos da economia de aglomeração, externalidades entre outros, como pressupostos de compreensão dos processos de ocupação e distribuição econômica regional.

Nesta linha Perroux (1978), de acordo com Tolosa, citado por Silva (2004:25), *“na distinção efetuada por Perroux, o espaço geoeconômico refere-se às relações e a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico”*, que pode ser classificado, de acordo com mesmo autor, em espaços econômicos definidos por um plano ou

programa, com espaço polarizado, um campo de forças ou de relações funcionais; e como um espaço ou agregado homogêneo.

Os princípios cooperativistas vêm agregar tais fatores na medida em que, ao mesmo tempo, convergem seus integrantes a objetivos e ideais comuns gerando desenvolvimento com base local, ou seja, de forma endógena. Isso favorece e muito a não criação de dependências externas que, conforme citado por Silva (2004:43), “*representaria efeitos desfavoráveis para o crescimento da economia local*”. Ele acrescenta, ainda, que “*a dependência exógena resulta na ausência de mecanismos que favorecessem a endogenização da propriedade dos fatores produtivos e dos resultados da exploração e comercialização dos recursos de base local: paisagens, história, cultura, etc. O conteúdo importador do turismo na região traria implicações negativas para a região receptora*”.

O mesmo autor justifica tais afirmações considerando dois aspectos básicos: “*Primeiro pela fuga que ocorreria na economia interna para a externa, em função da repatriação das remunerações dos recursos produtivos importados utilizados no turismo – recursos humanos, materiais e insumos, tecnologias e capital. Segundo, não havendo condições favoráveis ao crescimento auto-sustentado do turismo e da economia da região, com recursos de base local a médio e longo prazo de vida do destino atingiria as fases de saturação e declínio*”, propostas por Kotler (1998), e perdendo posicionamento estratégico no mercado.

Neste ponto vale uma visão um pouco mais abrangente, não sob a visão econômica, social e mercadológica, abordando o que já foi discutido e apresentado nas partes iniciais do presente artigo com relação aos apontamentos de Doxey. Avançando nesta linha alguns estudos empíricos desenvolvidos por Torres (2004) apontam que o turista procura a interação com a comunidade local e seus costumes e culturas singulares, não sendo mais aquele ator alienado e alheio às realidades que o cerca.

O mesmo autor ainda enfoca que o turismo só será interessante para a região se agradar a seus atores locais, ou seja, o interesse da atividade turística deve, fundamentalmente, imergir das relações e ajuda mútua dos seus próprios promotores locais em consonância com o mercado, pois eles, por si só, são os grandes promotores dos atrativos turísticos locais, o que torna salutar o debate em torno da discussão dos modelos de desenvolvimento regional adotados ao longo das últimas décadas até os dias atuais e suas

implicações teóricas com relação às relações e inter-relações entre os atores fundamentais para a compreensão de tais processos que serão posteriormente verificados na sua aplicabilidade através do turismo.

A presença da ajuda mútua foi, desde as primeiras civilizações, essencial à vida em sociedade. Porém, nem sempre representou, como deveria, uma atitude de cooperação entre os indivíduos.

O movimento cooperativo, entretanto, se enquadra, desde sua origem, como sendo um tipo de organização econômica fundamentada na ajuda mútua, reservando aos destinatários da atividade econômica, importante papel na sua organização, desenvolvimento e gestão.

Com a abertura da economia mundial nestas últimas décadas, percebe-se grandes mudanças no cenário econômico de muitos países, principalmente os emergentes, onde se inclui o Brasil. A fusão de muitas empresas nos diversos segmentos da economia e a entrada de grandes grupos econômicos apontam para um cenário de empresas com grande poder de competitividade, que participam, dividindo o mercado, com as empresas existentes nos diversos setores.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo estabelecer relações dos processos de desenvolvimento econômico local tendo o cooperativismo como uma forma de arranjo produtivo inserido no contexto da economia social.

O trabalho está estruturado em uma breve discussão das teorias desenvolvimentistas, estabelecendo uma íntima relação com o desenvolvimento do turismo e suas características.

2. MODELOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nas últimas décadas os processos de globalização e abertura das economias de vários países, centrais e/ou periféricos, foi notório e crescente. De acordo com Amaral (2002), as conseqüências dessas mudanças levam em consideração os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, esse tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e sobre os preços

relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locais em suas estratégias de competitividade. Ainda o mesmo autor observa que, paralelamente ao mesmo processo, ocorreu nas regiões do interior um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico.

Barquero cita (1995), *“Nos últimos anos, quando se tem ganho maior audiência a visão territorial do desenvolvimento e começando a criar-se um novo paradigma em que o território passa de ser o suporte das relações sociais e funcionais e se converte em um agente de transformação social, o desenvolvimento endógeno local aparece como uma estratégia possível.”* Para especificamente o desenvolvimento do turismo, estes processos de mudança abriram portas ao crescimento da atividade não somente como ator coadjuvante, mas também como viés de fomento de renda e emprego para as comunidades locais. Isto se deu em função das estruturas primárias e complementarias que vieram ao interior, propiciando ao turismo possibilidade de crescimento e posterior organização.

As primeiras teorias baseadas no crescimento endógeno surgiram na Itália nos anos 1970. Roura (1995). Nesta mesma década, Sthor (1981) idealiza uma das teorias básicas que consideram o elemento local como importante no desenvolvimento regional: a teoria do Desenvolvimento desde “Baixo”, ou o paradigma do Desenvolvimento de “Baixo para Cima”, formou-se a partir de críticas ao modelo “centro para baixo”, cuja base teórica tem suas origens nas discussões acerca do crescimento equilibrado dos nos 1950 e que, por sinal, foi bastante influente no planejamento regional dos países em desenvolvimento (Boisier, 1989), durante os anos 1980.

Silva (2004) alega que o que determina o direcionamento do desenvolvimento, em detrimento dos fluxos de capital e tecnologia são as políticas estratégicas externas que, guiadas pelas regiões centrais, revertem em benefício segundo uma lógica dos interesses das regiões mais dinâmicas em termos econômicos. Este estado de dependência torna-se extremamente desfavorável às regiões dominadas com relação aos termos de troca de uma hierarquia de espaços polarizados que estão sempre a mercê das decisões político-institucionais emanadas da região dominante.

O modelo do crescimento equilibrado explica o menor desenvolvimento de uma região como função da baixa produtividade da força de trabalho que, por sua vez, é decorrente da escassez de capital e tem suas principais críticas a partir dos trabalhos de Hirschman, Myrdal e Perroux citados por Niles (1981) em Andrade (1997:14) que assinala *“apesar das diferenças entre as propostas apresentadas por estes autores, o enfoque predominante é que, o desenvolvimento, seja ele espontâneo ou induzido, dá-se através de poucos setores dinâmicos, centralizados geograficamente, que tendem a espalhar o seu dinamismo para demais regiões”*.

Analisando os processos desenvolvimentistas observados na América-Latina, Boisier (1989) faz uma leitura e uma adaptação do paradigma do “centro abaixo”, que abrange, de acordo com Andrade (1997), tanto a área da política econômica, como as relações entre os processos econômicos e políticos. O autor analisa as conseqüências do modelo apontando o caráter marcadamente centralizador na tomada de decisões em relação às propostas de planejamento regional, destacando a aplicação quase que universal de estratégias de crescimento regional, sem considerar as características reais existentes em cada região, fruto do não emparelhamento entre as políticas nacional e regional.

Boisier propõe alguns fatores na releitura deste novo paradigma para o desenvolvimento de uma região. Entre eles vale destacar um deles que possui especial interesse que seria a capacidade de organização social da região, como fator na transformação do processo de crescimento econômico, o que passa uma forte idéia de importância da interação das estruturas políticas regionais. Ou seja, a forma com que esta organização ocorre, esse caráter “endógeno” sugerido, influencia de maneira ímpar o dinamismo dos processos desenvolvimentistas locais.

Um modelo de desenvolvimento regional, adaptado à realidade brasileira, é desenvolvido por Amaral Filho (1995), citado por Andrade (1997: 26). Para o autor o desenvolvimento endógeno é um processo de desenvolvimento sustentável regional, que vem a ser um processo contínuo de absorção do excedente gerado localmente. Não se trata, entretanto, de um viés de isolamento de uma determinada região, tão pouco de auto-suficiência, mas sim uma reorganização interna da estrutura econômica, política e social, criando um ambiente favorável à gestão do excedente. No entanto, numa linha semelhante à de Boisier, Amaral filho, citado por Andrade (1997), não determina a forma como se dará o

processo de desenvolvimento propriamente dito. Somente enfatiza que o mesmo deve se dar respeitando o ambiente regional, bem como suas instituições e estrutura política, não estabelecendo se será nos setores primário, industrial ou terciário que se encontrará a base fundamental para o desenvolvimento. E ainda destaca que o papel dos agentes (sociedade civil, instituições e Estado) deve pautar-se diretamente de acordo com o quadro nacional e suas conjunturas, o que cria evidentemente uma determinada dependência do mesmo em vários níveis (político, econômico, etc).

A *regionalidade* dos processos de desenvolvimento vem a contribuir e muito em novos pensamentos e ações, na medida em que o enfoque muda. Ou seja, a valorização do regional propiciou, ao longo da recente história econômica e política brasileira, a formação de pólos de desenvolvimento.

Batista (1985) assinala que “*a questão fundamental para o desenvolvimento regional deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projetos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas*”. Ou seja, a questão central passou a ser a do desenvolvimento regional endógeno, onde os pressupostos do sucesso ou insucesso estão alicerçados na capacidade de gestão regional eficiente dos atrativos e atores turísticos onde este controle por assim dizer, tem, como salienta Silva em sua Tese de Doutorado (2004: 85) como “*base estratégica as pequenas e medias empresas, que das quais devem surgir por iniciativa de agentes locais, de modo a possibilitar a retenção dos valores adicionados no contexto da própria matriz econômica territorial*”.

Buarque (1999: 15) complementa tal idéia afirmando que o desenvolvimento regional, em um âmbito mais local, inserido no contexto da globalização vem a ser a “*resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade local se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e a sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades num contexto de rápidas e profundas transformações*”. Ou seja, isto se traduz como a capacidade que tais atores têm de fomentar a distribuição da informação em um processo contínuo de ampliação da massa crítica local.

Neste cenário, se discute amplamente os processos aglomerativos de atores locais (pessoas físicas ou jurídicas) que, através de sinergias de âmbito local, buscam forças frente ao competitivo mercado turístico.

Porter (1993), que em seu estudo sobre a competitividade das nações, denomina que as empresas, não as nações, são as que competem em mercados internacionais, ou seja, a competitividade, assinala, tende a ocorrer em “aglomerados” regionais das redes de empresas e serviços situadas em um país ou mesmo em uma região e que Porter nomeia de *cluster*. Ou seja, esses “aglomerados” econômicos onde uma atividade se concentra, como por exemplo, a turística, desenvolvem-se dentro de um determinado espaço geográfico onde as relações se estabelecem com base local de recursos e atrativos turísticos de forma integrada a partir de interesses coletivos comuns propiciando o desenvolvimento do setor de forma sustentável.

As vantagens decorrentes desta concentração geográfica de empresas são citadas por Petrocchi (2001) que aponta “*a disponibilidade de mão de obra, proximidade de fornecedores especializados, facilidade de obter informações especializadas, comerciais e tecnológicas*” são os motivos pelos quais criam-se as sinergias empresarias. O mesmo autor assinala ainda que “*os sistemas turísticos desenvolvem-se no entorno físico de cenários naturais, ou históricos, ou urbanos, ou culturais ou de lazer, isolados ou combinados. Crescem ao redor de atrativos turísticos [...] e que por essa razão torna-se natural a utilização do enfoque de cluster na indústria do turismo*”. Esta concentração de empresas desperta a interação e cooperação ocasionando o surgimento dos pólos de desenvolvimento turístico.

Tal discussão como aponta Cassiolato e Lastres (2003) vem de um debate, pois o “*foco de análise deixa-se centrar exclusivamente na empresa individual, e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido (concentração geográfica), assim como privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas se inserem*”.

Em todos os modelos observados na literatura verifica-se a importância de dois aspectos que *a priori* são premissas do sucesso ou insucesso de qualquer tentativa de proposta de desenvolvimento local. Em primeiro lugar, o envolvimento dos atores locais tem a importância fundamental como protagonistas do processo. E em segundo lugar, e não menos importante, as questões organizativas, sociais e políticas, dos mesmos, sejam eles instituições públicas ou privadas.

Nos processos de desenvolvimento do turismo tais questões ficam evidentes. Primeiramente por que os protagonistas são os próprios componentes da oferta turística do território de análise. Ou seja, são via de regra, pequenas e medias empresas (MPEs) dos setores de transporte, alimentos e bebidas, meios de hospedagem, artesanato e entretenimento, que diretamente e outras indiretamente, com suas atividades turísticas ou não, constituem as engrenagens do produto turístico. E em segundo o lugar a organização destes componentes é de importância vital, pela própria interdependência eminente dos mesmos entre si. Tal nível de organização espelha o dinamismo do processo de cooperação e colaboração entre os atores locais de um território e que reflete o sucesso da composição do produto turístico como um todo.

Para a RedeSist, estas relações, mesmo que incipientes entre empresas de uma região, são denominadas de arranjos produtivos locais (APLs) ou sistemas locais de produção (SLPs) que *“são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos ou sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais ate fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas varias formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições publicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (escolas, universidades, etc); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”* (Cassiolato, 2003).

Suzigan *et al* (2003: 1) comenta que *“Sistemas locais de produção podem ter variadas caracterizações conforme sua história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais nos quais se inserem, estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre agentes, formas de aprendizado e grau de disseminação do conhecimento especializado local”*.

A mesma autora contribui em ressaltar que *“procurando levar em conta sistemas locais ainda não inteiramente constituídos, a Redesist adota o conceito auxiliar de arranjos produtivos locais (APLs) para denominar ‘aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes locais não é suficientemente desenvolvida para caracterizá-las como sistemas’*. Tal diferenciação tem uma certa relevância, na medida em que o

cooperativismo como instrumento de desenvolvimento do turismo rural no Estado do Paraná passa neste momento por um processo adaptativo e evolutivo, de forma consistente. Provavelmente deve tratar-se justamente de sistemas produtivos incipientes, ou seja não totalmente constituídos, que em linguagem turística, por assim dizer, não constituem destinos maduros reconhecidos regionalmente e ou nacionalmente. (Mielke: 2005).

Mielke (2005), em sua análise do turismo na região dos campos gerais no Estado do Paraná, observa as inter-relações entre empresas tendo o processo do cooperativismo como o viés à obtenção de tais sinergias, e também os reflexos de tais relações na política e fundamentalmente, na economia local.

Neste processo o autor, através de alguns estudos empíricos, mostra que os princípios cooperativistas possuem muita relação com os pressupostos do desenvolvimento regional aglomerado. O cooperativismo parece ser uma ideologia que avança muito mais do que uma mera relação comercial “cluster” estabelecida entre seus membros e a cooperativa (governança). Avança a frente em uma relação de intercâmbio, troca de experiências e inovações. Ou seja, estabelece vínculos mais maduros e sólidos entre os filiados.

Além disso, pode-se observar no cooperativismo uma das respostas possíveis sobre a necessária integração da sociedade local nos processos de desenvolvimento. Autores como John Swarbrooke (2000), por exemplo, mostram as dificuldades de se buscar essa integração devido à heterogeneidade de interesses existentes no interior das sociedades locais. Dessa forma, o problema da integração em eventuais benefícios econômicos gerados pela atividade turística dependerá, consideravelmente, da capacidade de organização social e política dos diferentes segmentos da sociedade local, orientados por interesses divergentes. Nessa direção, o cooperativismo fornece a possibilidade de se organizar parte desses interesses no plano das pequenas e médias empresas.

O cooperativismo pode ser interpretado, ainda, como resultado prático do debate sobre estratégias de desenvolvimento local. No caso do turismo, é freqüente na literatura a defesa dele como importante ferramenta de inclusão social, sobretudo, mais recentemente quando ficaram evidentes a crise e a reestruturação econômica das sociedades contemporâneas. Nessa direção, o turismo, pela sua importância como atividade econômica, passou a ser visto como a “tábua de salvação” (conforme atesta Krippendorf,

2000) para o enfrentamento da pobreza e da miséria que assolam diversas populações. As experiências práticas, no entanto, têm revelado a necessidade de se encontrar meios de viabilizar a participação e o envolvimento dos diversos setores das sociedades locais em processos de desenvolvimento.

Nesse sentido, Maria Geralda de Almeida (2004) revela sua desconfiança em relação às falsas promessas de melhoria de renda às populações locais. Em sua análise, a autora afirma que não se pode esperar de uma atividade econômica setorial, como o turismo, a capacidade de solucionar problemas estruturais da sociedade brasileira. É necessário observar que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil é excludente e concentrador da renda. Por essa razão, as formas por meio das quais o turismo se desenvolverá nas diversas destinações turísticas acompanhará esse modelo e, dessa forma, será igualmente excludente e concentrador. Pode-se observar essa situação nas experiências de crescimento da atividade turística derivadas de investimentos privados amparados por políticas de reorganização da infra-estrutura que favorecem a aplicação desses investimentos. Nesse sentido, é preciso estabelecer uma distinção entre os indicadores econômicos do turismo incapazes de revelar a ausência de um desenvolvimento sócio-econômico efetivo e contrário ao modelo excludente e concentrador que predomina historicamente no Brasil. Em outros termos, é necessário pensar o desenvolvimento dentro de uma perspectiva ampliada, tal como proposta por Silva (2003, p. 09, citado em ALMEIDA, 2004), a saber: *“desenvolvimento deve ser visto no seu sentido amplo, valorizando o crescimento com efetiva distribuição de renda, com superação significativa dos problemas sociais sem comprometimento ambiental, o que só pode ocorrer com profundas mudanças nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada sociedade”*. Nessa perspectiva, torna-se possível notar que a atividade turística será ou não ferramenta de exclusão social dentro de limites impostos pelo contexto social e econômico mais amplo. Esses limites, no entanto, podem ser superados por meio de estratégias nas quais a participação dos atores locais no desenvolvimento seja mais efetiva. Almeida enfatiza que o turismo, como qualquer outro setor produtivo, reflete a desigualdade inerente ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Por isso, a autora sustenta que a necessidade de se *“valorizar a dinâmica dos fatores endógenos através do que se poderia chamar de territorialização turística. Ou seja, é*

preciso simultaneamente um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global, nas palavras de Silva (2003)”. E, nesse sentido, o cooperativismo exerce um papel fundamental posto que trabalha com os fatores endógenos e favorece o encaminhamento de estratégias de desenvolvimento regional.

Em síntese, deve ser superado o (quase) senso comum sobre a necessidade de participação e envolvimento das sociedades locais na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social operacionalizadas tendo como base o turismo. É fundamental, portanto, observar atentamente as experiências recentes de participação social que vêm colocando em xeque o papel tradicional exercido pelo Estado como responsável pelo desenvolvimento econômico. A pluralidade das demandas sociais na atualidade torna imperativa a reflexão sobre mecanismos alternativos de participação e de resolução de problemas sociais que não sejam dependentes exclusivamente do papel exercido pelo Estado. Tais mecanismos, no entanto, não devem desconsiderar a participação do setor público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arranjos cooperados trazem uma nova estratégia de política para o desenvolvimento, onde o foco deixa de ser em uma firma individual passando a ser sobre grupo(s) de firmas onde se busca um maior nível de eficiência frente aos desafios do mercado, com base nos processos de interação entre as empresas e destas com outras e/ou estado.

No setor turístico esse argumento tem um relevante peso quanto se analisa a competitividade entre destinos turísticos. O grau de interação e colaboração presente entre os vários componentes – atores – da oferta turística, como citado anteriormente, refletirá na imagem de um destino turístico, sendo que isso se dará em função da unidade corporativa da qualidade dos bens e serviços prestados.

Os APLs para pequenas e médias empresas pode ser um viés para melhorar a posição individual frente a crescente competitividade do mercado e as mudanças flexíveis de padrão empresarial presente. De acordo com a discussão entorno dos APLs vista neste artigo, os processos de interação entre os atores envolvidos no arranjo e de como estes desenvolvem-se são bases em uma primeira análise do sucesso ou insucesso.

Esta investigação, na abordagem turística, torna-se bastante substancial na medida que, o que importa ao mercado, tanto do ponto de vista da demanda, mas fundamentalmente do ponto de vista da oferta, é o grau de consolidação que se verifica em um destino turístico. Ou seja, a forma ou instrumento pelo qual os gestores de um determinado APL escolhem para que realizar a ajuda mútua e a cooperação entre as empresas presentes trará conseqüências que, sem dúvida alguma, resultarão na habilidade comum na resolução de problemas, na capacidade de mudança e versatilidade de adaptação frente as constantes variações do mercado, sobretudo o turístico, o que torna o destino maduro. Neste debate o cooperativismo pode se tornar o instrumento que proporcione este entrelaçamento entre empresas, onde o setor público terá uma importante contribuição. O passo inicial, no entanto, tem que ser dado pelos setores organizados da sociedade e, nessa direção, o cooperativismo joga um papel fundamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda; DUARTE, Ivonaldo Ferreira. **Perspectivas para o desenvolvimento turístico no Norte de Goiás**. In: ALMEIDA, Maria Geralda. **Paradigmas do Turismo**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. Curitiba, Anais do VIII ENTBL, 2004.

AMARAL FILHO, J. **É o negócio ser pequeno, mas em grupo**. Fortaleza: [s.n],2002

ANDRADE, J.R.L. **Análise e perspectivas do turismo em Sergipe**. Aracajú, UFS, Faculdade de Economia, 1997.

BARQUERO. A.V. **Del Desarrollo Concentrado al Desarrollo Difuso**. Curitiba, IPARDES/ILPES, 1995 (mimeografado).

BOISIER, S. **Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional**, in HADDAD,P.R. (org) **Economia regional: Teorias e Métodos de Análise**. BNB, Fortaleza, 1989.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas.

FIGUEROLA, M. P. **Teoría Económica del Turismo**. Madrid Alianza Editorial. 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, pp.121-184., 1996.

KOTLER, P.; A. Gary. **Princípios de marketing**. 7 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1998.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo** – para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: ALEPH, 2000.

LOPES, A. S. **O Espaço econômico**. In : CCOTA, J. S. (Coord.) **Compêndio de economia regional**. Coimbra:APDR,2002.p 35 – 39.

NILES, M.H **Development from above: The Centre-Down Development Paradigm**, in STHOR,W.B & TAYLOR,D.R. **Development from Above or Below? The dialectics of regional planning in development countries**. Nova York, 1981.
Parcerias Estratégicas, Brasília: MCT/Centro de Estudos Estratégicos, n. 8, p.237-255, 2000.

PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento**. In: FAISSOL, S(org). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.p. 97-110.

PETROCCHI, M. **Gestao de Pólos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural.** In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Papyrus, 2000.

ROURA, J.R.C. **Planteamientos y Teorias Dominantes sobre el Crecimiento Regional em Europa em lãs Cuatro lltimas Décadas.** Revisa Eure. Santiago do Chile. Junho 1995.

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crecimiento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano-regional.** Tese Doutoral. Universidade de São Paulo – USP. 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável.** São Paulo: ALEPH, 2000.

TORRES, E. Apuntes del Curso “Desarrollo Turístico” del Programa del Doctorado en Gestión y Desarrollo Turístico Sostenible de la Universidad de Málaga. Málaga. 2004.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo.** 3º ed. São Paulo: Pioneira, 1991.